

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Oeste S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Rumo Malha Oeste S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Suporte financeiro do controlador

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1.3 às demonstrações financeiras que informa que em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de 24.074 mil, passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 2.329.897 mil e prejuízo do exercício de R\$ 333.563 mil, sendo que eventuais necessidades de caixa para cumprimento de suas obrigações são supridas pelo acionista controlador. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que os recursos necessários serão supridos pelo acionista controlador. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para demandas judiciais

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5.15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui provisão para contingência registrada em 31 de dezembro de 2023 pelo montante de R\$ 69.569 mil.

O montante de perdas possíveis, julgadas pela Administração e seus assessores jurídicos como menos provável de que uma conclusão desfavorável para a Companhia aconteça, divulgado na referida nota explicativa, é de R\$ 560.572 mil, em 31 de dezembro de 2023, apurado para as informações financeiras.

Devido a magnitude dos valores envolvidos nas contingências possíveis, ao alto número de processos envolvidos e a complexidade dos julgamentos realizados pela Administração da Companhia no processo de mensuração das contingências, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o abaixo:

- Reuniões com o setor jurídico da Companhia;
- Entendimento dos processos internos para identificação de situações em que a Companhia seja parte citada em esferas administrativas ou judiciais, objetivando garantir que a informação utilizada pela Companhia está completa;
- Entendimento dos controles internos relacionados com o gerenciamento dos processos;
- Envolvimento de especialistas tributários na avaliação de discussões tributárias;
- Leitura de opiniões legais emitidas por assessores jurídicos externos, contratados pela Administração;
- Mensuração de provisão para contingência com base no recebimento de respostas dos assessores jurídicos externos contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo;
- Análise de razoabilidade de premissas utilizadas, por amostragem, na mensuração de processos com expectativa de perda possível ou remota;
- Análise das principais inclusões e reversões, de processos na composição dos saldos de provisão para contingências, verificando a razoabilidade de premissas utilizadas;
- Análise de pagamento de contingências e entendimento sobre a expectativa anteriormente definida para a conclusão do processo em períodos anteriores;
- Recálculo de atualização monetária;
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração para mensuração das provisões para contingências e divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 17 de março de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/0-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA 026357/0-2 - S - SP

RUMO MALHA OESTE – RUMO MALHA OESTE S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Oeste – Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que até a presente data não houve contratação de outros serviços relacionados a auditoria junto aos nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas, além de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras da Companhia, os quais não apresentam qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima. Com base em referidos princípios, a BDO RCS Auditores Independentes S.S. nos informaram que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T23	4T22	Var. %	12M23	12M22	Var. %
Receita Líquida	14,3	25,1	-43,0%	74,4	90,1	-17,4%
Custos dos serviços prestados	(11,8)	(17,0)	-30,6%	(55,0)	(65,8)	-16,4%
Lucro Bruto	2,5	8,1	-69,1%	19,4	24,3	-20,2%
Margem Bruta (%)	17%	32%	-14,8 p.p.	26%	27%	-0,9 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(2,3)	(2,1)	9,5%	(7,2)	(7,7)	-6,5%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(7,8)	(28,8)	-72,9%	(48,7)	(65,9)	-26,1%
Depreciação e perda por valor recuperável	-	-	0,0%	-	-	0,0%
EBITDA	- 7,6	- 22,8	-66,7%	- 36,5	- 49,3	-26,0%
Margem EBITDA (%)	-53,1%	-90,8%	37,7 p.p.	-49,1%	-54,7%	5,7 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(70,1)	(73,7)	-4,9%	(298,0)	(268,4)	11,0%
Prejuízo Líquido	(77,7)	(96,1)	-19,1%	(333,6)	(317,3)	5,1%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida atingiu R\$ 14,3 milhões, redução de 43,0% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2022. O EBITDA foi negativo de R\$ 7,6 milhões, comparado a um EBITDA negativo de R\$ 22,8 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2022. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida atingiu R\$ 74,4 milhões, um decréscimo de 17,4% em relação ao

exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O EBITDA acumulado de 2023 foi de R\$ 36,5 milhões negativo. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 333,6 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2023, comparado a um prejuízo de R\$ 317,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Rumo Malha Oeste atualmente aguarda o processo de relicitação junto a ANTT conforme mencionado em NE da demonstração financeira.

Rumo Malha Oeste S.A.

Balanços patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	31.782	2.083
Títulos e valores mobiliários	5.3	19.633	105
Contas a receber de clientes	5.4	4.299	19.750
Estoques		4.398	3.483
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.736	2.292
Outros tributos a recuperar	5.7	5.611	5.513
Adiantamento a fornecedores		29	247
Outros ativos		3.354	3.963
Ativo circulante		71.842	37.436
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	9.925
Outros tributos a recuperar	5.7	1.896	2.803
Depósitos judiciais	5.9	35.530	34.677
Adiantamento a fornecedores		-	376
Outros ativos		2.375	2.819
Ativo não circulante		39.801	50.600
Total do ativo		111.643	88.036

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Balanços patrimoniais
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivos			
Fornecedores	5.6	15.520	16.347
Ordenados e salários a pagar		5.995	6.848
Outros tributos a pagar		342	429
Passivos de arrendamentos	5.5	62.703	65.040
Outros passivos financeiros	5.1	1.951	6.589
Outras contas a pagar		9.405	4.757
Passivo circulante		95.916	100.010
Provisão para demandas judiciais	5.9	69.569	61.074
Passivos de arrendamentos	5.5	68.334	120.284
Arrendamentos e concessões em litígio	5.10	2.206.945	1.957.148
Outras contas a pagar		776	877
Passivo não circulante		2.345.624	2.139.383
Total do passivo		2.441.540	2.239.393
Patrimônio líquido	5.11		
Capital social		691.915	591.915
Adiantamento para futuro aumento de capital		105.000	50.000
Reserva de capital		17.566	17.566
Ajustes de avaliação patrimonial		19	-4
Prejuízos acumulados		-3.144.397	-2.810.834
Total do patrimônio líquido		-2.329.897	-2.151.357
Total do passivo e patrimônio líquido		111.643	88.036

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em (Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	6.1	74.415	90.057
Custos dos serviços prestados	6.2	-55.004	-65.790
Lucro (prejuízo) bruto		19.411	24.267
Despesas comerciais	6.2	4	53
Despesas gerais e administrativas	6.2	-7.179	-7.777
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	-48.700	-65.521
Despesas operacionais		-55.875	-73.245
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		-36.464	-48.978
Despesas financeiras		-302.089	-272.267
Receitas financeiras		4.122	3.851
Derivativos		-	-
Resultado financeiro líquido	6.4	-297.967	-268.416
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-334.431	-317.394
Imposto de renda e contribuição social	5.12		
Diferido		868	-
		868	-
Resultado do exercício		-333.563	-317.394
Resultado por ação:	6.5		
Por ação ordinária		-0,0249	-0,64615
Por ação preferencial		-0,0249	-0,64615

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	591.915	17.566	50.000	-4	-2.810.834	-2.151.357
Resultado do período	-	-	-	-	-333.563	-333.563
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos		-	-	-	-333.563	-333.563
Outros resultados abrangentes:						
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de pensão	-	-	-	23	-	23
Contribuição e distribuição para acionistas						
Aumento de capital social (Nota 4.3)	100.000	-	-50.000	-	-	50.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	105.000	-	-	105.000
Total das transações com e para acionistas	100.000	-	55.000	23		155.023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	691.915	17.566	105.000	19	-3.144.397	-2.329.897
	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	551.915	17.566	-	-100	-2.493.440	-1.924.059
Resultado do período	-	-	-	-	-317.394	-317.394
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos		-	-	-	-317.394	-317.394
Outros resultados abrangentes:						
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	96	-	96
Contribuição e distribuição para acionistas						
Aumento de capital social	40.000	-	-	-	-	40.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	50.000	-	-	50.000
Total das transações com e para acionistas	40.000	-	50.000	96	-	90.096
Saldo em 31 de dezembro de 2022	591.915	17.566	50.000	-4	-2.810.834	-2.151.357

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-334.431	-317.394
Ajustes para:			
Passivo Atuarial		24	96
Provisão para participações nos resultados e bônus		2.282	3.377
Provisão de demandas judiciais	6.3	12.405	19.212
(Ganho) perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		12	-6
Créditos fiscais extemporâneos	6.3	-2.098	9.250
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		298.365	269.637
Outros		1.351	5.950
		-22.090	-9.878
Variação em:			
Contas a receber de clientes		11.030	2.984
Adiantamentos de clientes		-	-551
Outros tributos, líquidos		14.551	8.915
Estoques		-624	56
Ordenados e salários a pagar		-3.600	-2.998
Fornecedores		-1.959	-3.659
Adiantamentos a fornecedores		479	-72
Arrendamentos e concessões a pagar		-712	-3.048
Provisão para demandas judiciais		-33.010	-9.436
Outros passivos financeiros		-4.908	-2.622
Outros ativos e passivos, líquidos		-148	-8.158
		-18.901	-18.589
Caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais		-40.991	-28.467
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		-16.997	9.155
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento		-16.997	9.155
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de principal de arrendamento mercantil	5.5	-47.943	-43.193

Pagamento de juros de arrendamento mercantil	5.5	-19.370	-25.883
Integralização de capital		100.000	90.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		55.000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		87.687	20.924
 Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa		29.699	1.612
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.083	471
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		31.782	2.083

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	79.822	98.508
Outras receitas operacionais, líquidas	4.016	1.702
Ganhos (perdas) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-12	6
	83.826	100.216
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-23.985	-33.590
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-57.539	-83.065
	-81.524	-116.655
Valor adicionado bruto	2.302	-16.439
Valor adicionado líquido produzido	2.302	-16.439
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.122	3.851
	4.122	3.851
Valor adicionado total a distribuir	6.424	-12.588
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	26.247	25.378
Remuneração direta	19.114	18.318
Benefícios	6.328	6.199
FGTS	805	861
Impostos, taxas e contribuições	8.121	11.737
Federais	4.914	7.940
Estaduais	388	1.051
Municipais	2.819	2.746
Remuneração de capitais de terceiros	305.619	267.691
Juros	302.088	264.118
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	3.531	3.573
Remuneração de capitais próprios	-333.563	-317.394
Resultado do exercício	-333.563	-317.394
	6.424	-12.588

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Oeste”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedido em 20 de outubro de 1998, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário nos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão e o contrato de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em junho de 2026.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

1.2 Informações sobre grupo

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. A controladora final é a Cosan S.A. (“Cosan”), listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CSAN). Cosan é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.3 Considerações sobre a continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 24.074, passivo descoberto de R\$ 2.329.897 e prejuízo do exercício de R\$ 333.563.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

Em 19 de maio de 2021, a Companhia, em conjunto com sua controladora Rumo S.A., assinou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o segundo termo aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Oeste S.A., esse termo tem como objetivo estabelecer as obrigações relativas à rellicitação, nos termos da qualificação do empreendimento aprovada pelo Decreto nº 10.633, de 18 de fevereiro de 2021. Após realização de análises técnicas, a ANTT estabeleceu as condições de prestação dos serviços pela concessionária durante a vigência do termo aditivo, observando a garantia da continuidade e a segurança do serviço de transporte ferroviário, até que seja realizada nova licitação. O prazo de vigência deste termo aditivo foi de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publicação do Decreto no 10.633, de 18 de fevereiro de 2021, prazo este já prorrogado por 24 meses adicionais, através do 3º aditivo ao contrato de concessão assinado em 16 de fevereiro de 2023.

Durante o processo de rellicitação, a companhia continuará a prestar serviços de transportes de cargas, conforme as condições previstas anteriormente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 01 de abril de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira continua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.1 – Outros passivos financeiros:** O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores à agentes financeiros é classificado na Demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia.
- **Nota 5.5 – Passivo de arrendamento:** Na avaliação do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)*

Incógnitas sobre premissas e estimativas:

As incógnitas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.5 – Passivo de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Nota 5.8 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.9 – Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente a Diretoria.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas a Diretoria. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos são os seguintes:

	Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
	Valor contábil		31/12/2023	31/12/2022
	31/12/2023	31/12/2022	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	31.782	2.083	31.782	2.083
Títulos e valores mobiliários	19.633	105	19.633	105
Contas a receber	4.299	19.750	4.299	19.750
Total	55.714	21.938	55.714	21.938
Passivo				
Passivos de arrendamento	(131.037)	(185.324)	(131.037)	(185.324)
Fornecedores	(15.520)	(16.347)	(15.520)	(16.347)
Outros passivos financeiros	(1.951)	(6.589)	(1.951)	(6.589)
Total	(148.508)	(208.260)	(148.508)	(208.260)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor.

As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas em 31 de dezembro de 2023, não terão um impacto significativo no resultado ou na posição financeira da Companhia de acordo com a revisão inicial da Companhia.

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira e opções de moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, arrendamentos e crédito imobiliário	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber e contas a receber de partes relacionadas	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, arrendamentos,, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra o impacto anual projetado nas despesas com juros na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis. Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

	31/12/2023				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Exposição taxa de juros					
Aplicações financeiras	3.255	4.069	4.883	2.441	1.628
Títulos e valores mobiliários	1.963	2.453	2.944	1.472	981
Passivos de arrendamentos	(13.003)	(13.003)	(13.003)	(13.003)	(13.003)
Outros passivos	(226)	(274)	(323)	(177)	(128)
Impactos no resultado do exercício	(8.011)	(6.755)	(5.499)	(9.267)	(10.522)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 11 de janeiro de 2024 como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	10,08%	12,60%	15,13%	7,56%	5,04%
CDI	9,98%	12,48%	14,98%	7,49%	4,99%
TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	4,65%	3,10%
IPCA	3,85%	4,82%	5,78%	2,89%	1,93%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa a expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações.

A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	31.782	2.083
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	19.633	105
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	4.299	19.750
	55.714	21.938

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2023
AAA	51.415
Total	51.415

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2023				31/12/2022
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Total	Total
Fornecedores	(15.520)	-	-	(15.520)	(16.347)
Outros passivos financeiros	(1.951)	-	-	(1.951)	(6.589)
Passivo de arrendamento	(66.277)	(66.278)	(16.569)	(149.124)	(223.428)
	(83.748)	(66.278)	(16.569)	(166.595)	(246.364)

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidas em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Norte S.A.	111	88
Rumo Malha Paulista S.A.	640	277
Rumo Malha Sul S.A.	329	4.538
Rumo Serviços Logísticos Ltda	1.126	1.126
Rumo S.A.	3	16
Outros	17	23
	2.226	6.068
Adiantamento a fornecedores		
Outros	-	218
	-	218
Ativo circulante	2.226	6.286
Adiantamento a fornecedores		
Outros	-	376
	-	376
Ativo não circulante	-	376
Total do ativo	2.226	6.662

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivos		
Fornecedores		
Rumo Serviços Logísticos Ltda	1.631	1.631
Rumo Malha Sul S.A.	3.641	1.658
Rumo Malha Paulista S.A.	2.611	2.114
Raízen S.A e suas controladas	954	1.819
Outros	1.095	1.591
Passivo circulante	9.932	8.813
Total do passivo	9.932	8.813

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Rumo Malha Paulista S.A.	2.095	1.073
Rumo Malha Sul S.A.	15.514	30.387
	17.609	31.460
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Norte S.A.	-	(4)
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(5.274)	(3.732)
Raízen S.A e suas controladas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(13.715)	(17.943)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	(2.576)	(2.785)
Rumo Malha Sul S.A. ^(iv)	(8.996)	(10.548)
	(30.561)	(35.012)
Receitas (despesa) compartilhadas ^(v)		
Rumo Malha Central S.A.	(11)	108
Rumo Malha Norte S.A.	(3.611)	(2.948)
Rumo Malha Paulista S.A.	(35)	552
Rumo Malha Sul S.A.	(147)	(176)
Rumo S.A.	(638)	(590)
Outros	(4)	87
	(4.446)	(2.967)

- (i) A prestação de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 se refere principalmente à transporte, cujas condições estão definidas em contratos.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE – Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 junto à Raízen S.A e suas controladas, adquiridos em condições de mercado.
- (iv) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.
- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio: número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do exercício como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo	41.440	33.146
Transações com pagamentos baseados em ações	13.577	16.110
	<u>55.017</u>	<u>49.256</u>

4.2 Impacto de conflitos internacionais

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra da Ucrânia iniciada em 24 de fevereiro de 2022 pois constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os principais itens monitorados pela Companhia são potenciais impactos na oferta de: fertilizantes e impactos no preço de commodities e combustíveis.

A Companhia também tem monitorado os desdobramentos do conflito no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços da commodity de petróleo, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras anuais

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam uma perda por impairment. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de impairment. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentadas nos mesmos cenários e premissas acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxas de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados e continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

4.3 Aumento de capital

Em 3 de fevereiro de 2023, a Companhia integralizou o montante de R\$ 100.000 que representam 10.000.000 novas ações, divididas em 9.594.490 ações ordinárias e 405.510 ações preferenciais, mediante a capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital, aprovados 05 de julho e 16 de dezembro de 2022, ambos no montante de R\$ 50.000 e liquidados respectivamente em 8 de julho de 2022 e 2 de janeiro de 2023.

4.4 Liquidação das parcelas de arrendamento e concessão com precatórios

Durante o período findo em 31 de março de 2023, a Companhia liquidou as parcelas do mês de janeiro e antecipou a liquidação de outras parcelas com vencimento em 2023, no montante de R\$ 20.012. Para liquidação destes valores foram utilizados precatórios com custo de aquisição de R\$ 16.009. Os efeitos desta transação foram reconhecidos na rubrica “Outras receitas e despesas operacionais”, nota 6.3.

4.5 Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 02 de janeiro de 2023, a Companhia recebeu da controladora Rumo S.A. o montante de R\$ 50.000 referente a adiantamento para futuro aumento de capital, conforme instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital, assinado em 16 de dezembro de 2022.

Em 13 de julho de 2023, a Companhia recebeu o montante de R\$ 50.000 referente a adiantamento para futuro aumento de capital, conforme instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital, assinado em 20 de junho 2023.

Em 27 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu o montante de R\$ 55.000 referente a adiantamento para futuro aumento de capital, conforme instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital, assinado em 15 de dezembro de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.6 Eventos subsequentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram eventos subsequentes a serem divulgados.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5 .1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	19.633	105
		19.633	105
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	31.782	2.083
Contas a receber de clientes	5.4	4.299	19.750
		36.081	21.833
Total		55.714	21.938
Passivos			
Custo amortizado			
Passivo de arrendamento	5.5	131.037	185.324
Fornecedores	5.6	15.520	16.347
Outros passivos financeiros		1.951	6.589
		148.508	208.260
Total		148.508	208.260

Saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras. Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contrapartes, a uma taxa média de 12,42% a.a. (14,53% a.a. em 31 de dezembro de 2022/). O prazo médio dessas operações gira em torno de 111 dias (109 dias em 31 de dezembro de 2022).

A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na Demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em “Juros sobre contingências e contratos comerciais” no resultado financeiro, tendo representado R\$ 897 no exercício findo em 31 de dezembro 2023 (R\$ 835 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos conta movimento	28	23
Aplicações financeiras	31.754	2.060
	<u>31.782</u>	<u>2.083</u>

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações em bancos		
Operações compromissadas	31.754	
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾		2.060
	<u>31.754</u>	<u>2.060</u>

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,1% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2023 (102,9% do CDI em 31 de dezembro de 2022). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	15.445	59
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	4.188	45
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	1
	19.633	105

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes terceiros	2.151	13.688
Clientes partes relacionadas (Nota 4.1)	2.226	6.068
	4.377	19.756
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(78)	(6)
Total	4.299	19.750

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes terceiros são como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	2.004	13.555
Vencidas		
Até 30 dias	113	101
De 31 a 60 dias	34	32
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(78)	(6)
	2.073	13.682

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2022	233
Provisões	99
Reversões e baixa	(326)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6
Provisões	99
Reversões e baixa	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	78

5.5 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No exercício comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os passivos eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre valor justo do ativo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os compromissos enquadrados como outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Saldo em 01 de janeiro de 2022	216.101
Pagamento de juros	(25.883)
Pagamento de principal	(43.193)
Apropriação de juros	38.299
Saldo em 31 de dezembro de 2022	185.324
Pagamento de juros	(19.370)
Pagamento de principal	(47.943)
Apropriação de juros	13.026
Saldo em 31 de dezembro de 2023	131.037
Circulante	62.703
Não circulante	68.334
	131.037

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2026 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	1.302	1.065
	1.302	1.065

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.6 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de materiais e serviços	14.506	14.420
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	1.014	1.927
Total	15.520	16.347
Fornecedores	5.588	7.534
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	9.932	8.813
	15.520	16.347

5.7 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	2.177	1.120
PIS	3.092	4.055
ICMS CIAP ⁽ⁱ⁾	1.861	2.819
Outros	377	322
	7.507	8.316
Circulante	5.611	5.513
Não circulante	1.896	2.803
	7.507	8.316

(i) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.8 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(334.431)	(317.394)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	113.707	107.914
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(117.186)	(111.326)
Diferenças permanentes (doações, brindes etc.)	475	(13)
Outros	3.872	3.425
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	868	-
Taxa efetiva	0,26%	0,00%

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

A companhia não possui previsibilidade de lucro, em virtude disso, não há constituição de saldo de imposto de renda diferido.

5.9 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Provisão para demandas judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	16.686	18.753
Cíveis, regulatórias e ambientais	27.499	20.868
Trabalhistas	25.384	21.453
	69.569	61.074

Depósitos judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	68	655
Cíveis, regulatórias e ambientais	29.066	25.536
Trabalhistas	6.396	8.486
	35.530	34.677

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	17.577	17.803	16.423	51.803
Provisionados no exercício	569	3.080	13.583	17.232
Baixas por reversão ou pagamento	(60)	(4.888)	(17.708)	(22.656)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	667	4.873	9.155	14.695
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.753	20.868	21.453	61.074
Provisionados no exercício	416	6.905	10.014	17.335
Baixas por reversão ou pagamento	(3.145)	(27.427)	(16.447)	(47.019)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	662	27.153	10.364	38.179
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.686	27.499	25.384	69.569

i. Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Tributário	103.959	99.664
Trabalhistas	95.547	81.399
Cíveis	52.756	93.322
Regulatórias	208.575	210.003
Ambientais	99.735	70.456
	560.572	554.844

- Tributárias:

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS - Exportação ⁽ⁱ⁾	52.229	50.398
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	28.906	27.059
ICMS Material de uso e consumo	19.051	18.681
Outros	3.773	3.526
	103.959	99.664

- (i) O fisco estadual autuou a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis ⁽ⁱ⁾	52.756	93.322
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	208.575	210.003
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	99.735	70.456
	<u>361.066</u>	<u>373.781</u>

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abalroamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Trabalhistas:**

	31/12/2023	31/12/2022
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	95.547	81.399
	95.547	81.399

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.10 Arrendamentos e concessões em litígio

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), em contrapartida ao intangível. A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

Valores em discussão judicial

A Companhia pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram.

A ação tramita perante o Tribunal Regional Federal da 2^a Região. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores.

Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação, reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Companhia por seguro garantia. Aguarda-se julgamento de apelação perante o TRF. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de apuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Ainda no âmbito dos litígios envolvendo a Malha Oeste, em janeiro de 2020 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deliberou instaurar Processo Administrativo Ordinário para gerar um relatório conclusivo quanto ao cabimento, ou não cabimento, de declaração de caducidade da concessão da Malha Oeste por parte da União. A análise será conduzida por uma comissão a ser indicada pela área de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia o risco de perda como possível.

Em 17 de Janeiro de 2022 a Companhia pagou e retomou os pagamentos das parcelas trimestrais vincendas dos Contratos de Concessão e Arrendamento originais, em atendimento à cláusula décima e inciso XII do segundo termo aditivo firmado entre a Companhia e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 19 de maio de 2021.

<u>Valores em discussão judicial:</u>	31/12/2023	31/12/2022
	2.090.328	1.850.154
Arrendamento	116.617	106.994
Concessões	2.206.945	1.957.148

Os depósitos judiciais associados aos litígios de arrendamento e concessão totalizam:

31/12/2023	31/12/2022
26.064	24.125
26.064	24.125

Os depósitos judiciais estão contabilizados no grupo de “regulatórias” conforme nota 5.9.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.11 Patrimônio Líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações e deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.8 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital subscrito e inteiramente integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 691.915 (R\$ 591.915 em 31 de dezembro de 2022), o saldo de 2023 é constituído conforme abaixo:

Acionista	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade ⁽ⁱ⁾	%	Quantidade ⁽ⁱ⁾	%
Rumo S.A.	10.064.341	100%	425.369	100%
Total de ações em circulação	10.064.341	100%	425.369	100%

(i) Em milhares de ações

As ações preferenciais não terão direito de voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia; e
- Participação em igualdade nos recebimentos de dividendos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Reserva de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. Essas são transações de capital com os sócios.

c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O saldo de adiantamento para futuro aumento de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 105.000 (R\$ 50.000 em 31 de dezembro de 2022).

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receitas

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

As atividades da Companhia estão sujeitas à sazonalidade natural das commodities agrícolas. A exportação da safra de soja, em sua maioria, ocorre entre os meses de janeiro e agosto, enquanto o transporte da safra de milho (destinado principalmente à exportação), está concentrado entre os meses de maio e dezembro. Essas oscilações têm um impacto significativo na demanda pelo transporte dessas commodities. Por esta razão, a Companhia normalmente tem um maior volume transportado no segundo e terceiro trimestre de cada ano, e um menor volume transportado no período de entressafra, isto é, no primeiro e quarto trimestres de cada ano.

A seguir, é apresentado detalhe da receita da Companhia:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta na venda de serviços	79.822	98.508
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(5.407)	(8.451)
Receita operacional líquida	74.415	90.057

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2023	31/12/2022
Transporte de carga e acessórios	74.415	90.057
Receita operacional líquida	74.415	90.057

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Material de uso e consumo	(5.618)	(5.314)
Despesa com pessoal	(30.078)	(27.677)
Despesas com serviços de terceiros	(6.282)	(11.215)
Despesas com transporte e elevação	(14.070)	(22.414)
Outras despesas	(6.131)	(6.894)
	(62.179)	(73.514)
Custo dos serviços prestados	(55.004)	(65.790)
Despesas comerciais	4	53
Despesas gerais e administrativas	(7.179)	(7.777)
	(62.179)	(73.514)

6.3 Outras (despesas) receitas, líquidas

	31/12/2023	31/12/2022
Efeito líquido das demandas judiciais	(12.405)	(19.212)
Despesas com Manutenção	(29.714)	(32.975)
Créditos fiscais extemporâneos	2.098	(9.250)
Outros	(8.679)	(4.084)
	(48.700)	(65.521)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos de aplicações financeiras	3.004	2.434
	3.004	2.434
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	1.118	1.417
Arrendamento e concessão	(251.356)	(212.027)
Passivo de arrendamento	(12.999)	(38.299)
Despesas bancárias e outros	(4.331)	(2.789)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(32.371)	(10.991)
Juros sobre outras obrigações	(1.032)	(8.161)
	(300.971)	(270.850)
Resultado financeiro, líquido	(297.967)	(268.416)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(302.089)	(272.267)
Receitas financeiras	4.122	3.851
Resultado financeiro, líquido	(297.967)	(268.416)

6.5 Lucro (prejuízo) por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2023:

	31/12/2023	31/12/2022
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(333.563)	(317.394)
Por ação ordinária	(314.496)	(304.523)
Por ação preferencial	(19.067)	(12.871)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	12.630.536	471.292
Média ponderada de número de ações	765.768	19.919
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,02490)	(0,64615)
Por ação preferencial	(0,02490)	(0,64615)